

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR DO PROCESSO EDUCATIVO

Raisla Bianca Silveira*

Saulo Gonçalves Pereira**

RESUMO

O ser humano mudou drasticamente o planeta Terra, explora a natureza e os recursos não renováveis em grande escala, destruindo os meios bióticos. Percebe-se a importância de mudar a sociedade, torná-la sustentável, com indivíduos conscientes. Entende-se como preservação ambiental uma maneira de manter os recursos naturais da Terra e a utilização correta da natureza, mantendo um equilíbrio entre os meios bióticos e abióticos, e o desenvolvimento da sociedade. Surge então a Educação Ambiental, ela tem como proposta mudar a concepção dos indivíduos, capacitá-los para que possam contribuir com a proteção da natureza e utilização sustentável dos recursos naturais. Este artigo tem como objetivo, avaliar a proposta da lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, além de um breve relato sobre a crise ambiental e sua relação como a conservação ambiental no contexto escolar. Foi utilizado de revisão bibliográfica, de forma qualitativa, onde se percebeu que a introdução da lei não obteve resultados satisfatórios. Acredita-se que os professores devem ser melhor capacitados para abordar o tema de educação ambiental. É importante que ocorra uma maior parceria entre, escolas, governo, órgãos não governamentais, para que juntos adotem medidas de qualidade e que sejam postas em prática imediatamente. A Educação Ambiental pode ser uma solução para os problemas ambientais, basta somente que seja bem adaptada e adquirida no cotidiano da sociedade, nos ensinamentos formais e não formais, estimulando o indivíduo a entender seu papel na construção de uma vida melhor.

Palavras-chave: Recursos Naturais. Professor. Sustentabilidade. Desenvolvimento.

*Graduanda em Ciências Biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). raislabs@hotmail.com

**Orientador Professor da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, Biólogo, Especialista em Didática e Docência do Ensino Superior, Gestão Ambiental e Mestre em Saúde Animal pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Doutorando em Saúde Animal - UFU. saulobiologo@yahoo.com.br

ABSTRACT

The human being drastically changed the Earth, explores the nature and non-renewable resources on a large scale, destroying the biotic means. Realize the importance of changing society, make it sustainable, with conscious individuals. It is understood as environmental preservation a way to keep the Earth's natural resources and the proper use of nature, keeping a balance between biotic and abiotic means, and the development of society. So we need to environmental education, it is proposing to change the design of individuals, empowering them so that they can contribute to the protection of nature and sustainable use of natural resources. This article aims to evaluate the proposal of the law 9795/99 of the National Environmental Education Policy, as well as a brief account of the environmental crisis and its relationship to environmental conservation in the school context. It used a literature review, qualitatively, where it was realized that the introduction of the law has not achieved satisfactory results. It is believed that teachers must be better equipped to address the issue of environmental education. It is important that there is a higher partnership, schools, government, non-governmental agencies, so that together we adopt quality measures and to be put into practice immediately. Environmental education can be a solution to environmental problems, just only that is well adapted and acquired in everyday society, in formal and non-formal teaching, encouraging the individual to understand their role in building a better life.

Keywords: Natural Resources. Teacher. Sustainability. Development.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta como tema a Educação Ambiental (EA), e suas abordagens no processo educativo. Quando o homem se lembra de ver a natureza em sua dimensão mais ampla e como um elemento possibilitador da sobrevivência humana, numa interação que não se esgota, uma vez que, pelo meio ambiente, estabelecem-se as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Dessa forma se quiser ter uma vida melhor, é necessário buscar caminhos para que isso realmente aconteça. É preciso uma conscientização por parte das pessoas, das instituições, da sociedade de forma geral, no incentivo às mudanças de valores e atitudes que poderão desencadear sim um novo processo de desenvolvimento. (BRASIL. 2000)

O ser humano não tem respeito com o meio em que vive, ele está mudando o planeta Terra e as consequências deste ato são enormes. Percebe-se que as catástrofes ambientais estão na maioria das vezes ligadas a intervenção antrópica, em consequência, milhões de pessoas são mortas ou ficam sem suas moradias. Muitas doenças que surgem são em fator do desmatamento, como exemplo pode-se citar: malária, cólera, leishmaniose, doença de chagas, entre outros; doenças que matam milhares de pessoas por dia. Desequilíbrio social também está ligado a exploração de recursos naturais, alguns países tem mais recursos que outros e se utilizam deles para aumentar seu PNB (Produto Nacional Bruto). Sabe-se que degradar o meio ambiente pode levar ao fim da vida no planeta, mas mesmo assim nada é mudado. Pessoas criticam quem não respeita a natureza, mas não dão o exemplo, não ensinam aos seus filhos da importância do meio biótico. Propostas de sustentabilidade são criadas, mas não apoiadas pela população, a porcentagem de pessoas que contribui para a mudança de hábitos são muito mínimas. (HUTCHISON, 2000).

A EA é uma área da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar na sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos, é uma maneira de mudar os hábitos da sociedade. “O papel da Educação Ambiental, nesse contexto, torna-se mais urgente. Precisamos oferecer mais formação. A educação ainda “treina” a(o) estudante para ignorar as consequências ecológicas dos seus atos”. (DIAS, 2004, p. 16). É preciso, por parte de toda a sociedade, uma conscientização ecológica, pois os impactos ambientais são decorrentes da ação do homem, que é a principal causa de desequilíbrio ecológico na atualidade, como o desmatamento, caça e pesca sem controle, aliado a urbanização em área de matas e florestas.

O Brasil é um país de inúmeras riquezas, onde flora e fauna são abundantes e bastante diversificado, os recursos hídricos também são privilegiados e se destacam dos demais países. O Brasil começou a perder seus recursos no ano de 1500, quando os portugueses atracaram seus navios nas encostas brasileiras, Pero Vaz de Caminha, escreve ao rei de Portugal D. Manuel I, que a terra descoberta é cheia de exuberâncias, com uma fauna e flora rica (DIAS, 2004).

Foram muitos os esforços por parte das entidades governamentais e não governamentais em prol da EA. Na educação básica, por exemplo, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre a EA; documento aprovado pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE). Os PCNs apontam para a necessidade de se haver uma interdisciplinaridade no estudo do tema transversal. (BRASIL, 2000)

Justificou-se, assim, o presente trabalho, para se conhecer as abordagens que as escolas têm dado à EA, nas séries do ensino fundamental, nas disciplinas curriculares. Acredita-se que o domínio de tais informações enriquecerá o processo de aquisição do conhecimento nesta área do ensino, o que possibilitará ao professor trabalhar o tema transversal de maneira a contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, aptos para atuarem na realidade socioambiental, bem como, trabalhar com atitudes, formação de valores que contribuam, significativamente, para a melhoria do meio ambiente. Foi realizado fazer uma breve explanação sobre a crise ambiental, apresentar os principais conceitos da educação ambiental e sua relação como a conservação ambiental no contexto escolar.

A metodologia adotada foi um estudo do tipo qualitativo com revisão literária, , onde foi feita uma análise em textos sobre a educação ambiental. Foram coletados dados bibliográficos em livros, artigos e revistas, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Foram usadas, preferencialmente, publicações do período de 1995 a 2015, usando como palavras-chaves: Educação Ambiental. Preservação. Sustentável. Sociedade.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“A década de 1960 pode ser considerada uma referência quanto a origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental.” (TOZONE-REIS, 2004, p. 3). Mas, foi a partir do ano de 1972 que estudos e propostas sobre educação ambiental foram sendo introduzidas em vários países, inclusive no Brasil. Conferências Internacionais organizadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) foram realizadas, com representantes de diversos países, unidos para definir e criar propostas sobre o meio ambiente. As conferências foram o ponto de partida para a difusão da preocupação e proteção ambiental por todo o mundo. Claro que cada país tem sua forma particular de lidar com as questões ambientais.

De 5 a 16 de junho, de 1972, na Suécia, representantes de 113 países participaram da Conferência de Estocolmo Sobre Meio Ambiente humano, ela é dita como a 1º conferência/reunião sobre meio ambiente realizada pela ONU. Durante a conferência foi estabelecido a “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano”, onde foram estipuladas ações a serem cumpridas pelas nações, com o intuito de reduzir as taxas de poluição, e preservar o meio ambiente. Porém, houve um conflito entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, os representantes dos países em desenvolvimento acusam os desenvolvidos de querer limitar seu crescimento com a desculpa da preservação ambiental. “Para espanto do mundo, representantes do Brasil pedem poluição, dizendo que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto)”. (DIAS, 2004, p. 36).

No ano de 1977 na antiga União Soviética, ocorreu a Conferência de Tbilisi, denominada como a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, onde se debateu formas para a incorporação da dimensão ambiental, em todas as formas de educação. A conferência de Tbilisi é uma continuação da que ocorreu em Estocolmo em 1972, e é considerada o ponto de partida do Programa Internacional de Educação Ambiental. Durante a conferência foi estabelecido objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental no mundo. (DIAS, 2004)

No ano de 1992, de 3 a 14 de junho no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Conferência Rio-92, que contou com a participação de 170 países. A conferência Rio-92 foi uma marco para a história, por que nela foi admitido a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, os representantes dos países admitiram que algo deveria ser feito, que medidas sustentáveis teriam de ser adotadas (DIAS, 2004).

Já no ano de 2002 foi realizada a conferência Rio+10, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. A ONU promoveu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, o que ficou conhecido como a Rio+10, representantes de 189 países participarão do evento, além de centenas de organizações não governamentais. A conferência tinha como propósito, discutir sobre o grau de interferência antrópica (humana) no meio ambiente, pela primeira vez a globalização foi associado aos problemas. Como resultado, foi produzido um documento com planos de implementação para a proteção ambiental, aliado ao desenvolvimento econômico e social (DINIZ, 2002).

No ano de 2012 de 13 á 22 de junho na cidade de Rio de Janeiro, no Brasil, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como a conferência Rio+20. Representantes de 193 países participaram deste evento, que tinham como objetivo analisar o desenvolvimento sustentável, e as mudanças ocorridas desde a Rio-92. [...] “nunca a humanidade esteve tão próxima, não do desastre que muitos que muitos ambientalistas apocalípticos sugerem, mas de experimentar as consequências da fragilidade dos sistemas vitais para a vida no planeta.” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

No ano de 2015 ocorreu a Conferência de Paris, com objetivo a longo prazo de evitar que a temperatura do planeta suba mais do que 2 graus, barreira estabelecida por cientistas para impedir consequências catastróficas. Isso implica atuar em várias frentes. E concluiu-se que é preciso incentivar o desenvolvimento de energias limpas e reduzir o uso de combustíveis fósseis. Mas, além das ações concretas, o aquecimento global já se tornou uma questão econômica que divide e coloca em confronto os países ricos e os países pobres. Os países em desenvolvimento, mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, não estão dispostos a avançar na luta comum se os mais ricos (e maiores responsáveis pelas emissões) não se comprometerem a oferecer incentivos financeiros para que os primeiros enfrentem o aquecimento global, ou seja, sem conclusões. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL).

3 CRISE AMBIENTAL

“A crise ambiental tem relação direta e profunda com o desenvolvimento social e econômico, a categoria de análise da relação homem-natureza atende a essa perspectiva.” (TOZONI-REIS, 2004, p. 20). É complicado introduzir políticas de sustentabilidade e preservação ambiental numa era de consumismo, quando os indivíduos e governo se preocupam somente com capital financeiro e deixam as questões da natureza de lado.

“De todo modo, os recursos naturais e o próprio meio ambiente tornam-se uma prioridade, um dos componentes mais importantes para o planejamento político

e econômico dos governos.” (BRASIL, 2000, p.22). Sem recursos naturais não há produção, sem produção não há capital, e o que mais importa aos governantes é captação de capital, são os lucros em grande escala. Analisando a forma de vida que as pessoas levam hoje em dia, percebe-se um aumento no consumo da população, a grande globalização e tecnologia avançada transformou os seres humanos em fantoches compulsivos por compras.

Preservação Ambiental é um assunto que vem ganhando destaque na mídia com o passar o tempo, atualmente tem sido alvo de muitas discussões nas escolas, governos, grupos sociais, etc. De acordo com o crescimento da população, aumentou também a exploração dos recursos naturais, o consumo das pessoas e expansão de território. Surgem então tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos em função da tecnologia disponível. A tecnologia e industrialização evoluíram tão rapidamente, ocasionando consequências indesejáveis e por vezes irreversíveis, a exploração da natureza passou a ser realizada de forma intensa. Recursos não-renováveis, como o petróleo, ameaçam escassear (BRASIL, 2000).

Cascino (2003) ressalta que:

Quando estourou a Primeira Guerra, em 1914, já não havia guerra de grandes proporções há mais de um século. Encerrada a Segunda Guerra, encerrava-se a era dos impérios. Após a explosão da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, a humanidade conheceu uma outra era. A organização dos Estados-nação, as culturas, a tecnologia sofreram profundas modificações. Essa conjuntura definiria o novo cenário mundial; a mudança de mentalidade, sofrida por todos os territórios, abriria campo para outras revoluções. (CASCINO, 2003, p. 26)

O planeta encontra-se em constante mudança, passa por diversas transformações, que podem ser ao natural ou por ação antrópica. O homem tem a capacidade de modificar, destruir e construir o espaço geográfico em períodos relativamente curtos. As consequências dos atos humanos são grandes e já estão sendo sentidas, cabe agora a cada indivíduo rever seus atos, e mudar sua relação homem-natureza.

No Brasil, a idéia de preservação ambiental ganhou reconhecimento a partir do ano de 1970, quando aumenta a percepção de que a degradação do planeta pode ter efeitos irreversíveis e catastróficos. Há grande escassez de água em vários lugares do planeta, doenças cada vez mais abundantes, cidades lotadas e cada vez

mais industrializadas, animais extintos ou sem habitat para sobrevivência. Uma série de fatos levou a várias questões quanto a degradação de recursos não renováveis, chegou o momento de refletir sobre o ontem e o agora, sobre a natureza que se tinha e que agora não tem mais, sobre a relação entre problemas no clima e nossa intervenção na natureza. A energia gasta pelo homem, energia essa que é retirada da natureza por meio de inúmeros processos, é muito além do que se pode repor. São Gastos muito mais do que a Terra tem pra oferecer, seria necessário outro planeta Terra pra suprir todas as necessidades dos seres humanos, mas isto é algo que infelizmente não se tem disponível. (CUNHA; GUERA, 2008).

Outro problema é a grande quantidade de resíduos sólidos produzido pelo Brasil, que vai para lugares inadequados, poluindo rios, solo, ar e os organismos vivos ao seu redor. Deve-se ter em mente que tudo é descartado é jogado fora, e perceber que este “fora” é o planeta Terra, que tudo o que é descartado fica no mesmo meio em que os organismos vivos habitam, lixo que se acumula e faz mal para o meio ambiente e para a saúde. “ A decomposição da matéria orgânica presente no lixo produz chorume, que é um líquido de cor escura e odor desagradável e que pode contaminar as águas e o solo.” (MAZZINI, 2012, P. 16).

Analisando os números ligados ao lixo do Brasil pode-se perceber a gravidade do risco que os brasileiros estão vivendo:

- existem 400 Cooperativas e cerca de 1 milhão de catadores;
- o Brasil perde R\$ 8 bilhões por ano ao enterrar o lixo reciclável;
- apenas 13% do lixo segue para a reciclagem e, infelizmente, 87% do lixo vai para aterros ou lixões;
- a boa gestão do lixo pode reduzir em até 5% as emissões de carbono do Brasil; no Brasil, apenas 443 municípios operam programas de coleta seletiva. (MAZZINI, 2012).

Mudanças são necessárias e isto deve ser feito urgentemente, não se pode virar os olhos para os fatos, para os acontecimentos que já estão afetando diretamente e indiretamente a todos os organismos. “Tal mudança exigirá uma reversão total do pensamento político e social atual; o governo e comunidades em todo o mundo devem perceber que a diversidade biológica é de extremo valor [...]” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Projetos ambientais devem ser levados a sério, as pessoas devem pensar nos seus atos como afetando um todo. Acredita-se na importância de ensinar as

formas de preservação ambiental, como ajudar nessa preservação, formas de reciclagem, métodos socialmente ecológicos, mudar a sociedade e as relações sociais dos indivíduos. “O desenvolvimento de propostas de educação ambiental remete à reflexão sobre a problemática ambiental e sua relação com a educação.” (TOZONI-REIS, 2004, p. 8).

“Alguns projetos governamentais só adquirirão significado com a participação individual e coletiva, no intuito de atingir as causas dos problemas que se pretende debelar.” (RUSCHEINSKY, 2002 p.12). Infelizmente as ações governamentais não tem tido muito sucesso, encontros ambientais como o Rio+20 não tem atingindo suas metas com ações de preservação.

4 ABORDAGEM DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Percebe-se diariamente na TV, propagandas que ditam o que é certo e mechem com o intelectual das pessoas, as vezes nunca viu-se tal objeto, ou nem tem-se interesse, mais a forma como aquilo é expressado, como é ensinado, induz as pessoas a utilização ao desejo do que é proposto. A escola entra então neste contexto, a de preparar indivíduos para a sociedade, indivíduos que busquem a sustentabilidade, indivíduos que protejam a natureza e os organismos que dependem dela. Tozone-Reis, (2004) apresenta seus relatos sobre a crise ambiental causada pelo consumismo:

A crise do ambiente, que é uma supercrise mundial, exige uma nova abordagem para a educação, colocando a educação ambiental como dimensão da educação. Os diferentes enfoques que tratam da educação ambiental levam a definição de diferentes praticas e objetivos. (TOZONE-REIS, 2004, p. 8)

A educação ambiental surgiu da necessidade de preparar as pessoas para conservar e proteger a natureza, para buscar qualidade de vida sem intervir no meio ambiente. Uma sociedade tem as características daqueles que vivem nela, ou seja, a transformação do individuo transforma a sociedade. Essa transformação pode ser

feita com a educação, onde o professor ensina o que é certo e o que é errado, se transmite informações, e dessa forma, a sociedade pode ser modulada. A complexidade da natureza exige uma abordagem sistêmica para seu estudo, um trabalho de definição e histórico, com diversos componentes vistos como um todo, partes de um sistema maior, bem como suas relações e interações com os meios e regulação da vida, e seus aspectos (BRASIL, 2000).

Ao questionar profissionais de educação acerca de fatores que obstaculizam a inclusão da Educação Ambiental e como transpô-los, as respostas são diretas: Não se sabe como fazê-lo. Resposta simplista, para problema essencialmente desafiador: como formar formadores. Acredita-se que falta uma metodologia por parte dos educadores mais sólida, seria necessário aplicar práticas sócio pedagógicas embasadas na temática ambiental, professor e aluno devem se interagir, trazer para a sala de aula inovações que sejam capaz de prender a atenção e desenvolver a capacidade socioambiental dos alunos. Métodos clássicos, que fazem o aluno se sentir somente como um espectador do professor não fazem efeito. (FLICK, 2010).

A partir da concepção de Educação Ambiental, percebe-se que a preocupação com o tema não é recente. Essa dimensão perpassa pelo universo educativo de maneira a fazer entender melhor o processo no qual está inserido a Educação Ambiental. Acredita-se que a educação sozinha não poderá resolver os problemas ambientais (mas, colabora de forma crucial). As questões ambientais devem considerar os vários sistemas envolvidos.

A Educação Ambiental, é um tema não-definido e desordenado dentro dos conteúdos programáticos escolares, com ações isoladas. Verifica-se um projeto tênue aqui, outro ali, envolvendo os alunos-muitas vezes, apenas para complementação de carga horária. (FLICK, 2010).

A EA tem um propósito legal no projeto, mais na pratica não alcança os objetivos, o corpo docente das escolas não esta preparado pra preparar os alunos. É relevante afirmar que ensino e Educação Ambiental são duas áreas que estão bastante ligadas em todos os níveis da sociedade. Neste viés, a educação ambiental deve considerar todo o meio ambiente e deve prestar muita atenção às questões ambientais.

4.1 EDUCAÇÃO FORMAL

Na Conferência Internacional Rio/92, representantes de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a construção de um mundo ecologicamente equilibrado, o que requer responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis sociais. No Brasil a Educação Ambiental foi assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988 (BRASIL, 2000).

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999. A Lei N° 9.795 – Lei que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a política nacional de educacional de educação ambiental. O Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental. (DIAS, 2004).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N° 9.795/99), a Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo de ensino.

Em seu Art. 2º afirma que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (DIAS, 2004, p. 202).

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando, de acordo com Dias, (2004, p. 02):

- I- educação básica
 - a. educação infantil;
 - b. ensino fundamental e;
 - c. Ensino médio;
- II- educação superior
- III- educação especial;
- IV- educação profissional;
- V- educação de jovens e adultos.

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (DIAS, 2004).

A lei de educação ambiental do Brasil é bem completa, e atende a todos os parâmetros, porém cabe aos professores, governo e entidades ligadas ao meio ambiente, avaliar melhor as formas de introdução dessa lei. Após 16 anos em que a lei 9.795 foi implantada o objetivo não foi alcançado, em praticamente todo território brasileiro os recursos estão sendo explorados sem a menor proteção. A maior parte dos indivíduos brasileiros não cumprem com seu papel na preservação ambiental e utilização sustentável dos recursos. O que fazer para mudar a realidade? Por que temos uma lei tão boa no papel, mais sem resultados consideráveis? Tal pergunta, infelizmente, ainda, fica sem resposta.

A Educação Ambiental deve ser abrangente em todas as formas de ensino, através de um processo pedagógico participativo que procura infiltrar no aluno uma consciência crítica sobre os problemas do ambiente. Dessa forma cada vez mais a escola deve inserir e desenvolver a EA nas práticas de ensino seja através de projetos ou conteúdos programáticos. (DIAS, 2004).

Dentro do CBC (Conteúdo Básico Comum), de ciências do ensino fundamental do 6º a 9º ano, podemos analisar no Eixo Temático I, tema 1 (Diversidade da vida nos Ambientes) que a proposta de Preservação Ambiental é pedida pela Secretaria de Educação muito superficialmente. Sendo que maior parte dos tópicos não são obrigatórios e sim sugestões a serem trabalhadas pelo professor. No tema 5 (Qualidade da Água e Qualidade da Vida) pede-se uma abordagem bem profunda no que se diz respeito a água, sua importância e a sua preservação. Oliveira (2007, p. 480) diz que:

Encontramos indícios de que há necessidade de maiores subsídios teóricos e metodológicos para o professor de Ciências ensinar e promover encontros do ser humano com o meio ambiente. Os alunos só se transformam em pesquisadores em um contato bem planejado com a natureza, de forma a perceber que ela ao é apenas mais um tema ou capítulo do livro didático. O aluno deve ser levado a se enxergar desde cedo como parte do meio ambiente. Muitas vezes, conteúdos fragmentados são vistos sem que sejam feitas as devidas conexões, levando em conta somente a sequência do livro didático. (p. 480-481).

Além do CBC o ministério de educação também repassa aos professores os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são temas transversais que auxiliam o professor a trabalhar com o aluno na sua formação como cidadão consciente e participativo. Um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares é o (Meio Ambiente e Saúde), analisei o volume referente a este tema e observei que ele trata muito bem do assunto meio ambiente, ensinando os fundamentos, conceitos, historia e formas de trabalhar o tema. O objetivo do parâmetro em meio ambiente é formar uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa. A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. (BRASIL, 2000).

Entende-se assim que, de acordo com os PCNs, as questões do meio ambiente constituem um tema transversal que, embora esteja presente de modo mais evidente nas disciplinas Ciências, História e Geografia, também precisa de apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Artes para ser compreendido, tendo em vista sua gênese interdisciplinar. É necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêem confrontados no seu dia-a-dia. Nessa perspectiva, as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais (BRASIL, 2000).

A contextualização do conteúdo é uma arma importante, os professores devem desenvolver questões com os alunos que apresentem diferentes elementos com intuito de fazer esse aluno pensar e atuar de forma a contribuir para a sociedade. Dessa forma, os mesmos adquirem postura ética diante da vida; passam a enxergar com os próprios olhos, refletir sobre as atitudes e passam a respeitar o outro e os princípios que regem a vida de sua comunidade. E ainda é importante dizer que, se não ficarmos atentos, se não conservamos o meio ambiente, em curto ou longo prazo, podemos lidar com a falta de água potável, de alimentos em quantidade e qualidade, com doenças e com muitos desastres naturais que colocariam a nossa própria vida em risco. (FLICK, 2010).

Percebe-se que os professores não tem uma preparação adequada para trabalhar o tema preservação ambiental, aqueles que Formam em biologia tem uma maior interação com o tema e melhor domínio. Porém, aqueles que não tem

formação nesta área de biologia ou ciências ficam um pouco perdidos na hora de trabalhar preservação ambiental. Os professores indiferente da sua formação devem ter uma preparação adequada para trabalhar a sustentabilidade e preservação ambiental, já que é dever de todos serem participativos e cuidar do meio abiótico. Tozone-Reis, (2004, p. 151), menciona a respeito da formação dos educadores:

A formação dos educadores ambientais no ensino superior ocorre de forma assistemática, resumindo-se a, praticamente, três tipos de ações completamente desconectadas: tratamento de temas ambientais nas disciplinas afins; disciplinas optativas de educação ambiental e formação educativo-pedagógica – nas diferentes especialidades – oferecida pelas disciplinas da área de educação nas licenciaturas. Embora consideremos a presença significativa de atividades com a temática ambiental identificadas nos cursos investigados, as oportunidades de reflexão – oferecidas aos alunos de graduação – sobre as diferentes referências teóricas da educação ambiental são poucas do ponto de vista quantitativo e superficiais do ponto de vista qualitativo. Sequer os fundamentos da prática docente são postos em discussão, mas incorporados e praticados de forma invisível.

É necessário que as crianças aprendam os valores sobre o meio em que vivem, tenham em mente a importância de preservação ambiental e levem estes valores para suas casas e para aqueles que convivem com ele. A criança como mensageira é um tema comum da epistemologia deste crescente corpo de educadores, poetas, teóricos holísticos, escritores tradicionais de histórias, espiritualistas e idosos. Moldando o indivíduo ainda criança, garante-se uma melhor eficácia no adulto consciente de amanhã. (HUTCHISON, 2000).

Na Conferência Internacional Rio/92, representantes de mais de 170 países reconheceram a importância da escola na construção de uma sociedade sustentável. O Brasil possui inúmeros recursos naturais, um dos maiores do mundo, são diversos ecossistemas, fauna e flora abundantes, e uma grande parte da água doce do mundo. É preocupante, no entanto, a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vêm sendo tratados, apesar da criação da Lei que dispõe sobre Educação Ambiental, preocupações internacionais e metas estabelecidas nas Conferências realizadas pela ONU, ainda não são capazes de minimizar a perda de recursos no Brasil. (BRASIL, 2000).

4.2 EDUCAÇÃO INFORMAL

A educação informal é aquela em que o indivíduo adquire em casa, com a família e amigos. A educação ambiental é muito ampla podendo ser procedida de forma informal e formal sendo, portanto, de modo formal, onde os professores podem conscientizar os alunos sobre a importância sobre a Educação Ambiental principalmente, e estes podem se comunicar de modo informal em suas casas com a família, amigos e a sociedade em geral. (DIAS, 2004).

Dentro da lei 9.795/99, (Seção III – Da Educação Ambiental Não Formal), Art. 13º “Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (DIAS, 2004, p. 205).

A educação ambiental é muito ampla podendo ser procedida de forma informal e formal sendo, portanto, de modo formal, onde os professores podem conscientizar os alunos sobre a importância sobre a Educação Ambiental principalmente, os alunos do Ensino Médio, e estes podem se comunicar de modo informal em suas casas com a família, amigos e a sociedade em geral (FLICK, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto que apesar das Conferências Internacionais e implantação da Lei de Educação Ambiental, ainda são necessários aperfeiçoamentos na forma como a EA é tratada. Visto que a EA esta inserida como tema transversal no currículo escolar, falta credibilidade pelos educadores e seria necessário uma capacitação dos professores, não somente os de ciências, mas todos. Muitos acham que é obrigação do professor de Ciências ou Biologia tratar do assunto de EA na sala de aula, no entanto se o problema com degradação ambiental é um fator internacional que envolve todos os indivíduos, por isso não é

justo responsabilizar a tarefa de EA somente para o professor de Ciências/Biologia. Se a responsabilidade é de todos, então todos deveram aprender a lidar com ela, e todo professor independente da sua área deve ter noção e estar capacitado para ajudar seu aluno a entender tais questões.

Sem a devida preparação o professor não saberá explorar com seu aluno as questões relacionadas a EA, pois é durante a pratica escolar que o professor deve levar o aluno a conscientização da importância destes estudos, desenvolver hábitos sustentáveis e atitudes que busquem a preservação ambiental.

De acordo com os autores citados, e com o PCNs nota-se que os pressupostos da EA favorecem para que se formem cidadãos aptos a agirem na realidade socioambiental para tornar melhor suas vidas e as de outras pessoas na sociedade local e global. Desse modo, de acordo como foi apresentado, verificou-se que a EA na atualidade, enfatiza as propostas curriculares, promovendo a formação da cidadania de forma escolar ou não escolar (informal), além de observar que a contextualização de aspectos significativos aprimora os “caminhos” para a formação do conhecimento em Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, 2000.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: Princípios, História, Formação de professores**. São Paulo, Editora Senac, 2003, 3º Ed.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, E. M. **Os Resultados da Rio+10**. 2002. Disponível em: [_<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf>](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf). Acesso em 02/10/20015.

FLICK. M. E. P. **Educação Ambiental e Formação de Professores**. 2010. Disponível em: [_<http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-formacao-de-professores.html>](http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-formacao-de-professores.html). Acesso em 26/08/2011

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum (CBC): Ciências do Ensino Fundamental do 6º ao 9ª ano**. Disponível em: [_<http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B5FCEB114-036C-47C6-B06D-F1F7584AF249%7D_cbc-ef_ciencias.pdf>](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B5FCEB114-036C-47C6-B06D-F1F7584AF249%7D_cbc-ef_ciencias.pdf). Acesso em 10/06/2015.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. R. S. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade**. vol. 15. São Paulo. 2012 Disponível em: [_<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2012000300003>](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2012000300003) . Acesso em 02/10/2015.

HUTCHISON, D. **Educação Ecológica: Idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **COP-21**. Disponível em: [_<http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>](http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21) . Acesso em: 20 out. 2015.

MAZZINI, A. L. D. **Nosso Lixo de Cada Dia**: desafios e oportunidades. 2. ed. Belo Horizonte: Diretoria de Educação e Extensão Ambiental, 2012. 64p.

MELLANBY, K. **Biologia da Poluição: Coleção Temas de Biologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1982. 89 p.

OLIVEIRA, A. L. **Educação Ambiental**: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. 2007. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen6/ART1_Vol6_N3.pdf>. Acesso em 17 set. 2015.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Planta, 2001.

RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOZONE-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental**: natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.